



Aspectos históricos e contemporâneos na investigação do *self*

Historical and contemporary aspects of self investigation

Mariane L. de Souza
William B. Gomes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Resumo

Em consonância com o reavivamento do debate em torno da consciência nas últimas décadas, o presente artigo propõe um foco no processo reflexivo da consciência, tratado na literatura científica internacional como o estudo do *self*. Uma análise histórica da teorização psicológica do *self* é contrastada com os resultados mais recentes da investigação empírica na área da psicologia do desenvolvimento. Aponta-se como as noções de narratividade, corpo e interação têm transformado a teorização psicológica do *self*, delineando uma nova problemática direcionada para uma perspectiva comunicacional. Argumenta-se que o problema do *self* pode ser reformulado em termos de uma relação entre consciência e suas formas de expressão, a partir do qual se define *self* como um processo de interação comunicativa entre consciência e corpo situado no mundo.

Palavras-chave: *self*; consciência; expressividade; comunicação

Abstract

Consonant with the revival of the debate on consciousness in the last decades, this article focuses on the consciousness' reflexive process, handled as the *self's* study in the scientific milieu. A historical account on the psychological theorization of the *self* is contrasted with recent results of empirical research in developmental psychology. It is suggested that notions of narrative, body and interaction have been transforming the psychological theorization of *self*, drawing a new problematic directed towards a communication approach. It is argued that the problem of the *self* may be reformulated in terms of a relationship between consciousness and its ways of _expression, which defines *self* as a process of communicational interaction between consciousness and body.

Keywords: *self*; consciousness; expressiveness; communication

A consciência é novamente um tema central em Psicologia. O advento das ciências cognitivas resgatou o interesse por esse processo básico, origem da própria psicologia enquanto disciplina científica. A partir da década de 1990, diversos estudos voltaram seu foco para o processo reflexivo da consciência, tratado na literatura científica internacional como o estudo do *self* (1) (conferir especialmente Gallagher & Shear, 1999). Nesta área, especificamente, pesquisa e teoria têm recebido um considerável aporte de contribuições, embora esta última ainda não possa fornecer um entendimento conclusivo sobre o tema e a primeira ainda não tenha condições de verificar empiricamente a validade de algumas hipóteses formuladas. O resultado dessa abertura instigante do campo de pesquisa é a proliferação de dados empíricos, obtidos principalmente através da pesquisa neurobiológica nos últimos anos. Como conseqüência para a pesquisa psicológica, coloca-se o desafio de integrar essas inúmeras evidências em uma síntese que permita uma melhor compreensão da consciência humana. Essa compreensão integradora implica, necessariamente, o entendimento de certas questões fundamentais amplamente difundidas nos debates multidisciplinares sobre o problema do *self*. Tais questões procuram responder, essencialmente, qual a relação entre o *self* e suas bases



biológicas ou cerebrais e como estabelecer a relação natureza *versus* criação, isto é, como definir a intensidade do efeito da cultura no *self*.

O foco principal deste artigo é estabelecer um contraste entre as respostas que a teorização psicológica tem formulado às questões do *self* ao longo de sua história como disciplina científica; e os resultados mais recentes da investigação empírica, na área da psicologia do desenvolvimento. O texto está dividido em dois blocos, cada qual recobrendo um período histórico específico e cronologicamente seqüencial. O primeiro bloco rastreia a formação de uma idéia psicológica do *self*, desde o período pré-científico da especulação psicológica do eu, no século XVIII, até os meados da década de 1950, quando o *self* estabelece-se definitivamente como um fenômeno central na teorização psicológica. O percurso histórico assim esboçado é o resultado de uma articulação entre três diferentes pontos-de-vista: o americano (Hilgard, 1987), o europeu (Canguilhem, 1968/1994) e o social psicológico (Gergen, 1984). O segundo bloco focaliza os principais resultados levantados pela investigação psicológica do *self* na última década, com especial ênfase na teoria ecológica do desenvolvimento e sua concepção do *self* como produto de uma interação entre o indivíduo e o meio.

A idéia psicológica do *self*: do eu interior à ação humana

O termo psicologia entendido como ciência do eu aparece primeiramente na obra do filósofo alemão Christian Wolff (1679-1754) (2), precedendo em quase duas décadas a primeira obra dada a público de Rousseau, o descobridor do novo *self* interior de substância moral, nos termos de Solomon (1988). No final do mesmo século XVIII em que surgiu como ciência do eu, a psicologia tornou-se a técnica do diário íntimo e a ciência do sentido íntimo através da obra de Maine de Biran (1766-1824) (Canguilhem, 1968/1994).

A concepção biraniana do eu contrapôs ao materialismo da época um psiquismo humano fundamentado na experiência. A experiência foi definida como um método de observação interna que implicava tanto a noção de dinamismo da consciência quanto a noção do eu como atividade do espírito. Esse novo método de tratar o homem interior não é resultado da observação sensorial ou do processo racional, mas apenas possível na forma de um sentimento interior (Mueller, 1968). O resultado é a apreensão do eu vivente como fato primitivo, isto é, a apercepção imediata que nos dá a certeza dele. Esse eu revela-se como uma força capaz de dominar os órgãos e torná-los instrumentos de suas decisões, estando presente em cada um de nossos atos voluntários (Maine de Biran, 1799/1954). Contudo, a noção de esforço voluntário, origem da insistência de Maine de Biran no sentimento de liberdade, leva sua psicologia, em última instância, a desembocar em um misticismo cristão e a desacreditar toda a escola em vista do novo espírito científico que começava a se impor no campo da psicologia (Rosenfeld, 1993).

Maine de Biran deve ser reconhecido, portanto, como o promotor de uma psicologia metafísica que representou a passagem do naturalismo do século XVIII (do qual Rousseau foi o único grande adversário) para uma forma de espiritualismo que substituiu o método indutivo de Francis Bacon (Mueller, 1968). No contexto da investigação psicológica do *self*, a relevância de sua obra reside no fato de suas idéias representarem um importante esforço de escapar ao reducionismo materialista, através da postulação da experiência como método de observação do eu.

Nos séculos XIX e XX, com o grande aporte de conhecimento advindo de estudos anatômicos, fisiológicos e biológicos, passou-se a delinear o projeto de uma psicologia científica que implicava o afastamento da especulação filosófica (Canguilhem, 1968/1994). Isto é, a busca de uma idéia de homem para além dos dados biológicos e sociológicos torna-se cada vez menos relevante. O trabalho de Wundt (1832-1920) encerra de vez qualquer possibilidade de uma concepção espiritualista metafísica do eu ou do *self*, resgatando o materialismo reformulado em uma nova proposta de entendimento do fenômeno.

No seu projeto de uma psicologia experimental, Wundt sugeriu que se definisse a psicologia como a ciência da consciência, preferindo desprezar as antigas definições de psicologia como ciência da mente ou da alma (Wundt, 1904). A mente, na concepção wundtiana, passou a ser definida não como um objeto, mas como um processo



consciente que se produz de acordo com as leis de causalidade (Wolman, 1970). O processo consciente é constituído por elementos que são as idéias (procedentes do meio externo) e os sentimentos e impulsos (procedentes do organismo). Enquanto as idéias se compõem de sensações distintas em qualidade e intensidade que são conduzidas por nervos aferentes, os sentimentos não procedem de nenhum órgão sensorial. A volição (responsável pelos impulsos) é uma espécie de sentimento de decisão ou resolução, que conduz a uma ação manifesta. Ela representa as necessidades do organismo e sua tendência a um comportamento intencional. A unidade total do eu, por sua vez, é ao mesmo tempo a base e a essência das volições.

Embora Wundt reconhecesse que essa unidade do eu definida como caráter era o ponto culminante de sua psicologia volitiva, reservou o estudo do caráter à psicologia prática, pois para a nova psicologia experimental era difícil enfrentar os problemas da individualidade (Hilgard, 1987). Quando os psicólogos experimentais voltaram-se para o estudo das funções cognitivas e para as medidas de diferenças individuais nestas funções, ficou evidente a influência de diversas outras diferenças que não as apontadas nos testes mentais. Mas essas diferenças, concebidas como variações de caráter, eram parte do folclore do passado e, portanto, estudadas por aqueles cuja identificação principal não era com a psicologia. O resultado, afirma Hilgard (1987), foi deixar a cargo dos psicólogos do século XX o desenvolvimento de uma psicologia da personalidade e do *self*.

No século XX, portanto, o *self* foi abordado de diversas formas e por diferentes linhas de pensamento que buscaram responder principalmente às questões sobre a personalidade, mas que também propuseram interpretações voltadas para o contexto social, combinando uma já existente psicologia do desenvolvimento com a psicologia social que estava emergindo (Hilgard, 1987). Uma apreciação adequada dessa diversidade de perspectivas na investigação psicológica contemporânea do *self* e suas influências nas áreas de pesquisa atuais é oferecida pelo trabalho esclarecedor de Gergen (1984). O autor identifica três principais pilares na pesquisa contemporânea do *self*: o primeiro pilar é constituído pela obra seminal de William James (1890/1990) sobre o senso de identidade e a configuração da auto-estima; o segundo, pela teoria psicanalítica representada, principalmente, pelos autores que posteriormente reformularam os conceitos freudianos, e o terceiro, pelo interacionismo simbólico de George Herbert Mead (1934) e Charles Horton Cooley (1902).

William James (1842-1910) forneceu a primeira sistematização do conceito de *self* em psicologia, dividindo-o em três partes: seus constituintes, os sentimentos e emoções que eles provocam e as ações que eles incitam (James, 1890/1990). A vida empírica do *self* é constituída por três distintos *selves* – material, social e espiritual –, divididos em duas classes – auto-aspirações (*self-seeking*) e auto-avaliações (*self-estimation*). Entretanto, o *self* tem um quarto constituinte que não é empírico, denominado “Ego puro” (*pure Ego*). O *self* material abrange o próprio corpo, nossas roupas, nossos familiares e mesmo nossas propriedades. O *self* social de um indivíduo é o reconhecimento que ele obtém de seus pares, isto é, um indivíduo tem tantos eus sociais quantos indivíduos que o conhecem e carregam uma imagem dele em suas mentes. A ascensão e a queda de *status* social provocam mudanças emocionais semelhantes ao aumento e diminuição do *self* emocional. O *self* espiritual abrange todas as faculdades ou disposições psíquicas do indivíduo, funcionando como o centro da ação e da adaptação. O ego puro é o senso de identidade pessoal, o senso de uma “mesmidade” (*sameness*) percebida através do pensamento e predicativa das coisas sobre as quais se pensa. Essa identidade pessoal não existe como um fato, mas sim como um sentimento do mesmo (James, 1890/1990):

O senso de nossa própria identidade pessoal, então, é exatamente como qualquer uma de nossas outras percepções de semelhança entre fenômenos. É uma conclusão fundada ou em uma semelhança fundamental, ou na continuidade anterior à mente, do fenômeno comparado (p. 215).

Enquanto o “mim” (*me*) empírico pode ser definido como um agregado de coisas objetivamente conhecidas, o “eu” (*I*) que as conhece não pode ele mesmo ser um



agregado e tampouco ser considerado como uma entidade metafísica como a alma vista como fora do tempo. Ele é um pensamento, diferente a cada momento daquele pensamento anterior, mas "apropriativo" desse último pensamento anterior. Com o conceito de pensamento (*Thought*), James (1890/1990) enfatizou as distinções entre sua concepção de um "princípio interno de unidade pessoal" (p. 220) e a alma da teoria espiritualista (com suas origens em Platão e Aristóteles), a consciência de si da teoria associacionista (com origem em Locke e Hume, e apogeu em J. S. Mill) e, finalmente, o eu puro da teoria transcendentalista (com origem em Kant).

As idéias de James sobre o *self* tiveram continuidade no trabalho de sua discípula Mary Calkins (1860-1930), que lutou por uma psicologia do *self* durante muitos anos. Calkins (1915) defendeu a clarificação, ampliação e enriquecimento da descrição psicológica do *self* "pelos esforços de todos os psicólogos trabalhando em todos os ramos da ciência" (p. 497). Entretanto, a forte oposição de Titchener (1867-1927), que negava a legitimidade da descoberta do *self* através de uma psicologia descritiva introspectiva, e o crescente domínio do comportamentalismo removeram a psicologia do *self* do foco central da psicologia acadêmica (Hilgard, 1987). A obra de Mary Calkins teve melhor repercussão entre os filósofos.

Paralelamente à interpretação introspeccionista e funcionalista de Calkins, surgiu uma abordagem do *self* que enfatizava o contexto social no qual o *self* se desenvolveu, proposta pelos sociólogos e pelo evolucionista James Mark Baldwin (1861-1934). Essa abordagem constitui o segundo pilar da investigação contemporânea, identificado por Gergen (1984) no trabalho dos sociólogos Charles Horton Cooley (1864-1929) e George Herbert Mead (1863-1931). Baldwin (1895) propôs uma dialética do crescimento pessoal no qual a percepção que a criança tem dela mesma começa em uma tenra idade. Ao observar o que aconteceu com seu próprio corpo assim que começou a movimentar objetos, a criança gradualmente passa a distinguir ela mesma das outras. O nascimento do *self* social ocorre quando a criança torna-se consciente de que o corpo das outras pessoas teve experiências tais como as suas.

Embora fosse um sociólogo, Cooley sustentou uma visão de desenvolvimento muito próxima à de Baldwin (Hilgard, 1987). Conforme o primeiro autor, algo do mais primitivo sentimento de si depende da habilidade de controlar os objetos visíveis, os braços e pernas, os brinquedos, etc. Com o tempo, emerge um *looking-glass self*, isto é, um *self*-espelho que nos faz ver a nós mesmos como os outros nos vêem.

Cooley (1902) definiu o *self* social como qualquer idéia ou sistema de idéias retirado da vida comunicativa que a mente mantém como se fosse seu próprio sistema. Enquanto conectado com o pensamento de outras pessoas, essa idéia de si (*self idea*) é sempre uma consciência do aspecto peculiar ou diferenciado da vida de alguém. Essa referência social, em uma série de casos, toma a forma de uma imaginação sobre como o nosso *self* – isto é, qualquer idéia de que nos apropriamos – aparece em uma mente particular. Por conseqüência, o tipo de sentimento de si que nós temos é determinado pela atitude em relação a essa idéia que foi atribuída àquela outra mente. O *self* social deste tipo deve ser chamado de *self* refletido ou *self*-espelho (*looking glass self*), explica Cooley (1902, p. 181):

Da mesma forma que ao vermos nossa face e roupas no espelho ficamos interessados neles porque são nossos, e satisfeitos ou não com eles se eles respondem ou não ao que nós gostaríamos que eles fossem; na imaginação nós percebemos na mente do outro algum pensamento de nossa aparência, maneiras, objetivos, ações, caráter, amigos e assim por diante, e somos afetados por isso de diversas formas.

Em resumo, a idéia-*self* é constituída por três elementos principais: a imaginação de nossa aparência para outra pessoa; a imaginação do julgamento dessa pessoa sobre nossa aparência; algum tipo de auto-sentimento, como orgulho ou mortificação.

Contemporâneo de Cooley, e igualmente sociólogo, Mead ofereceu uma descrição do *self* social na qual a ênfase recai em na habilidade do indivíduo de tomar o lugar do outro, através do uso da linguagem. Em outros termos, o indivíduo só aparece em seu próprio



comportamento como um *self* quando ele é capaz de tomar a atitude do outro e torná-la parte essencial do próprio comportamento. Essa "ação conjunta" (*co-action*) com outros *selves* é denominada conversação de gestos, isto é, a situação na qual o ato de um *self* torna-se o estímulo para uma resposta dada por outro *self*. Para Mead (1934), contudo, o *self* não é um processo no qual a conversação de gestos foi internalizada em uma forma orgânica. Nesse processo, que não existe por si mesmo, a organização do ato social é importada para dentro do organismo e torna-se a mente do indivíduo. A mente inclui também as atitudes dos outros, agora altamente organizadas, que se tornam as atitudes sociais:

Esse processo de relacionar o próprio organismo aos outros nas interações que estão em andamento, na medida em que ele é importado para a conduta do indivíduo com a conversação do "eu" e o "mim", constitui o *self* (Mead, 1934, p. 128).

Essa importação da conversação de gestos para a conduta do indivíduo resulta em uma "co-ordenação" superior obtida pela sociedade como um todo, bem como em uma elevação da eficiência do indivíduo como membro do grupo. Tais resultados diferenciam o processo que ocorre em um grupo de ratos, formigas ou abelhas, e o processo que ocorre em uma comunidade humana. Nesta última, o processo pode ser caracterizado em termos de "eu" e "mim", definindo este último como o grupo de atitudes organizadas às quais o indivíduo responde como um "eu".

O que Mead (1934) buscou enfatizar, em seus próprios termos, foi a pré-existência temporal e lógica do processo social para o indivíduo consciente de si que cresce nele. A conversação de gestos é uma parte do processo social e não algo que o indivíduo sozinho torna possível. O desenvolvimento da linguagem, especialmente o símbolo significativo (*significant symbol*), tornou possível para o indivíduo controlar essa situação social externa através de sua própria conduta. O indivíduo agora é capaz de prever a resposta dos outros indivíduos, e de se ajustar antecipadamente a ela. Tal conduta, por sua vez, produz uma mudança na situação social que é novamente refletida no que Mead (1934) denomina o "mim".

Mead desempenhou um importante papel como sociólogo de orientação psicológica. Porém, embora ele tenha se associado durante algum tempo com Dewey e Angell nas Universidades de Michigan e Chicago, os tratamentos iniciais do *self* em um contexto social foram largamente ignorados por psicólogos acadêmicos por causa da separação entre a psicologia e a sociologia (Hilgard, 1987).

Nas décadas seguintes, o advento do comportamentalismo fez as discussões sobre o *self* declinarem até tornar o tema uma espécie de tabu. O responsável pelo retorno do conceito de *self* à psicologia foi Gordon Allport, e seu artigo "*The ego in contemporary Psychology*" (1943) seria eventualmente citado como um marco (Hilgard, 1987).

Allport (1897-1967) recebeu e incorporou ao seu pensamento uma série de influências, podendo-se citar entre as principais, a psicologia da Gestalt e os trabalhos de William Stern (1871-1938), William James e William McDougall (1871-1938). Sua análise cuidadosa e crítica do ressurgimento do conceito de *self* foi uma tentativa de responder à questão sobre a necessidade de um tal conceito para a psicologia:

Temo muito que a cômoda tendência de empregar o conceito de eu como panacéia para reparar os estragos do positivismo fará mais mal que bem (...) O problema, portanto, é o de saber como abordar o fenômeno que provocou o ressurgimento do conceito de eu de modo que represente um progresso e não um obstáculo científico (Allport, 1962, p.55).

A solução proposta por Allport (1962) foi substituir o que era descrito como funções do *self* ou ego por funções da personalidade. Seu objetivo era evitar a noção de *self* como um homúnculo ou agente que organiza e administra o sistema da personalidade. As funções da personalidade, portanto, não coincidiriam com a personalidade como um todo, mas constituiriam seus aspectos particulares, isto é, tudo o que o indivíduo sente como de importância vital em seu desenvolvimento. Esse núcleo central de funções



constitui o *proprium*, responsável pela unidade interna da personalidade. A personalidade como um todo, por sua vez, incluiria, além do *proprium*, os hábitos sociais e fisiológicos, que pertencem à periferia da existência do indivíduo. Em uma espécie de releitura psicodinâmica do esquema taxonômico de William James, Allport propõe uma distinção entre as principais funções e propriedades do *proprium*: percepção do corpo, auto-identidade, valorização do eu, extensão do ego, agente racional, auto-imagem, esforços do *proprium* e eu cognoscente.

Entretanto, ainda um pouco antes do *self* tornar-se novamente proeminente em psicologia, a psicologia do ego desenvolveu-se dentro da psicanálise, dando nova importância ao conceito de ego (Hilgard, 1987). A teoria psicanalítica constitui o segundo pilar da investigação contemporânea do *self* mencionado por Gergen (1984). O autor ressalva, contudo, que os primeiros escritos freudianos sobre o ego não devem ser superestimados, pois suas inquietações modificaram-se e tornaram-se populares mais tarde, através, por exemplo, dos escritos de Horney (1950) sobre amor-próprio, das investigações de Adler (1927) sobre o sentimento de inferioridade, do tratamento do autodinamismo de Sullivan (1953), da elaboração do processo de individuação por Jung (1939) e das explorações de Erikson (1950) sobre o desenvolvimento da identidade.

Entre 1940-1960 a maioria da pesquisa psicológica sobre o *self* pode remontar suas raízes teóricas a uma das três fontes seminais citadas. Entretanto, embora por volta da década de 1950 qualquer tabu nas discussões do *self* estivesse quebrado (Hilgard, 1987), a investigação do *self* naquele período era largamente um derivativo do paradigma neo-behaviorista que predominou de forma mais geral nas ciências psicológicas (Gergen, 1984). Por conseguinte, o renascimento do *self* na psicologia, especialmente na psicologia social, afirma o último autor, deve ser remontado à revolução cognitiva na psicologia. Nos termos de Gergen (1984), o conceito de *self* evoluiu do autoconhecimento à construção comunitária, do mecanicismo para a ação (*agency*), da estrutura para o processo, e finalmente, a pesquisa em psicologia social sobre o *self* fez emergir a imagem da ação humana (*human action*).

A investigação psicológica do self: o self enquanto corpo

Nos últimos dez anos, a ênfase na ação e no processo como pressupostos fundamentais da teorização psicológica do *self* reflete-se no entrecruzamento de duas grandes áreas de pesquisa em psicologia: memória autobiográfica e desenvolvimento. As evidências fornecidas por estes estudos delineiam um conceito de *self* profundamente marcado por sua condição de corpo situado em e influenciado por um ambiente. O *self* passa a ser definido como o resultado de um desenvolvimento gradual do indivíduo em permanente interação com seu meio.

A pesquisa sobre memória episódica na infância indica que o *self* autobiográfico é estabelecido através de narrativas conversacionais entre a criança e os outros; de conversas internas da própria criança (Nelson, 1997); e do desenvolvimento de um sentido temporal e contínuo de si mesma (Fivush, 2001). Tal processo toma por base duas aquisições do desenvolvimento: entender que as memórias são representações do passado e, como tal, entender que as memórias são subjetivas. Wang (2001) mostrou a ligação entre memória e *self* na relação entre os efeitos culturais sobre a recordação da infância precoce e a autodescrição. Conforme a pesquisadora, os indivíduos que descrevem a si mesmos em termos mais autofocados e positivos, fornecem memórias mais específicas e autofocadas. Tais estudos se inserem na linha das investigações sobre autonarrativas e narrativas conversacionais e apóiam a formulação de uma nova compreensão do *self*, que enfatiza o desenvolvimento e a dimensão diacrônica do processo.

As pesquisas em desenvolvimento infantil, como indicado por Butterworth (1999) e Legerstee (1999), fundamentam a perspectiva ecológica do desenvolvimento do *self*, delineada a partir do trabalho pioneiro de James Gibson (1950) sobre percepção visual, e posteriormente também por Eleanor Gibson (1969). Para Butterworth (1999), existem caminhos através dos quais a percepção fornece informação para o *self* antes de haver um conceito de si. O *self* reflexivo mental é definido como um componente do *self* que se desenvolve relativamente mais tarde, embora o conhecimento de si como uma entidade



singular seja fundado e permaneça dependente da informação que provém da realidade social e física.

As origens de um sentido mental de *self* podem ser explicadas através da taxonomia dos cinco aspectos do *self* descrita por Neisser (1988). Embora a descrição não tenha a pretensão de seguir a abordagem da psicologia do desenvolvimento, os cinco aspectos surgem em diferentes épocas do desenvolvimento. São eles: 1) o *self* ecológico (diretamente percebido com relação ao meio físico); 2) o *self* interpessoal (também diretamente percebido e dependente das formas emocionais de comunicação, bem como de outras formas típicas da espécie); 3) o *self* estendido (*extended self*) (está baseado na memória e na antecipação e implica uma representação do *self*); 4) o *self* privado (reflete o entendimento de que nossas experiências conscientes são exclusivamente nossas, e de que isto também é dependente da representação); 5) o *self*-conceito (uma teoria do *self* baseada na experiência sócio-cultural). A perspectiva do desenvolvimento encarrega-se, então, de responder como relacionar os primeiros dois níveis de *self* (específicos da abordagem ecológica e inatos) aos níveis quatro e cinco, através do desenvolvimento da representação de si.

Conforme Butterworth (1999), os achados em psicologia do desenvolvimento infantil sobre percepção visual fornecem importantes evidências da fundação ecológica do *self*. A proposição de que o *self* existe objetivamente "de fora" pela virtude de sua corporificação é respaldada pela evidência de que o sentido primário do *self* corporificado é diretamente, isto é, perceptualmente ligado à estabilidade do meio visual, especialmente para o terreno percebido na periferia da visão. O aspecto corporificado do *self*, afirma o autor, é constituído através da percepção da identidade entre processos proprioceptivos cinestésicos e visuais. O princípio de unidade inerente ao aspecto reflexivo ou cognitivo do *self* surge, portanto, do aspecto perceptual-ecológico do *self*.

Por outro lado, as origens dos aspectos interpessoais do *self* são reveladas mais claramente nos achados sobre a imitação de gestos faciais de recém-nascidos, como a protrusão da língua. Esses achados demonstram que os bebês percebem de fora os fatos fundamentais da corporificação humana e que a emergência do cerne de um sentido humano de *self* depende da experiência emocional. Por exemplo, ao imitar as linhas expressivas do comportamento do bebê, a mãe revela que compreende não somente as ações da criança, mas também seus sentimentos. Em outras palavras, as ações da mãe em resposta às ações do bebê fornecem informações importantes sobre emoções especificamente humanas.

O *self* ecológico e o *self* interpessoal (os dois primeiros níveis de *self*) engendram uma consciência de si primária, enquanto o *self* estendido e o *self* privado (os dois últimos níveis) engendram uma consciência de si secundária. A distinção entre consciência de si de ordem primária e de ordem secundária é similar à distinção entre a consciência de si como um produto (proprioceptivo) da percepção e a consciência de si reflexiva, como um produto de representação, memória e pensamento (Butterworth, 1999). Contudo, a ponte entre dois níveis estabelece-se ainda com base em uma última evidência: o experimento clássico sobre o desenvolvimento da consciência do *self* no espelho. O auto-reconhecimento no espelho tem sido considerado como indicador diagnóstico da emergência de um autoconceito, afirma o autor. Ele ocorre na mesma época da aquisição do conceito de permanência piagetiano, assim como o aspecto autobiográfico do *self* emerge ao mesmo tempo em que a criança adquire uma teoria da mente, isto é, a habilidade de atribuir uma vida mental aos outros.

A análise do desenvolvimento revela muitos elos entre o *self* conceitual e suas fundações pré-conceituais e mostra como o *self* é dependente das funções proprioceptivas do corpo, das experiências sociais e afetivas e dos processos do desenvolvimento cognitivo. No modelo desenvolvimental, a noção do *self* muda à medida que novas camadas são colocadas em torno do núcleo fundamental formado pelos aspectos ecológicos e interpessoais. Por conseguinte, não pode ser considerada, em essência, um fenômeno puramente cognitivo. "A primazia do aspecto ecológico do *self* é o que torna a experiência mental do *self* tão real para o adulto", conclui Butterworth (1999, p. 210).

Legerstee (1999) compartilha a perspectiva desenvolvimental de Butterworth (1999) ao afirmar que o problema da autoconsciência não pode ser resolvido simplesmente



adotando-se uma posição que elimina a dimensão corporal ou uma posição que contesta a noção de consciência de si ou mente. A consciência de si desenvolve-se de um nível mais primitivo para um mais complexo, conforme a teoria ecológica do *self* de Gibson (1969) e em oposição à distinção piagetiana clássica entre os níveis perceptual e conceitual. "Em sua origem, o conceito de *self* inclui os *selves* físico e mental", afirma Legerstee (1999, p. 214), pois os bebês têm de estar aptos a representar seus *selves* físico e social para reconhecer que eles são similares e diferentes das outras pessoas, bem como para desenvolver expectativas e predições sobre o comportamento dos outros, isto é, para desenvolver uma teoria da mente.

Durante seus primeiros seis meses de vida, os bebês mostram um conceito primitivo de seus *selves* físico/social e mental e imputam estados mentais como intenções e propósito aos outros (Legerstee, 1999). Embora essas evidências confirmem a teoria de que a mente tem conhecimento inato, elas indicam que o desenvolvimento é um processo de construção de conhecimento novo a partir de estruturas cognitivas prévias em interação com o mundo social e físico. A autora organiza a apresentação das pesquisas empíricas de acordo com duas abordagens metodológicas: aquelas que investigam consciência perceptual ou sensorial e aquelas que investigam consciência conceitual. Os estudos que fornecem informação sobre a consciência de si perceptual ou sensorial tomam por base os produtos das percepções dos bebês de si mesmos ou a experiência direta com os estímulos do ambiente que identificam o *self*. Tais estudos, contudo, não dizem respeito a uma compreensão conceitual do *self*. Por outro lado, os estudos que tem por objetivo fornecer evidência de uma consciência conceitual ou representacional do *self* devem mostrar que os bebês estão conscientes de aspectos de si que não estão disponíveis à experiência sensorial imediata, pois só nesses casos as identificações do *self* que os bebês fazem podem ser considerados produtos de suas capacidades mentais, tais como memória e representação.

A consciência de um *self* físico antes da locomoção independente refuta a noção de que bebês começam a vida inaptos a separar si mesmos dos outros. Diversos estudos têm demonstrado que dentro das primeiras semanas de vida, os bebês usam ou informação visual ou informação proprioceptiva para controlar sua postura (Berthenthal & Bai, 1989; Butterworth & Hicks, 1977); exploram seus próprios corpos, mostram movimentos coordenados entre mão e boca e abrem sua boca à aproximação da mão (Butterworth & Hopkins, 1988; Rochat, Blass & Hoffmeyer, 1988); procuram agarrar objetos tridimensionais ao invés de representações bi-dimensionais (Rader & Stern, 1982); respondem com reações de evitação a objetos que aparecem de forma ameaçadora, mas não a objetos que se aproximam indiretamente (Ball & Tronick, 1971; Yonas, Pettersen & Lockman, 1979); aumentam os movimentos de uma perna na qual está preso um móvel, a fim de fazê-lo movimentar-se (Rovee-Collier & Fagan, 1981, citado por Legerstee, 1999), discriminam seu próprio choro do choro de outras crianças (Martin & Clark, 1982). Esses resultados indicam que tais comportamentos não são inconscientes ou reflexos, mas que os bebês percebem a distância entre os objetos e eles mesmos e que o conhecimento do objeto e o conhecimento de si são inseparáveis, afirma a autora. Em todos os casos, os bebês parecem agir como indivíduos, o que sugere que eles estão conscientes de seu *self* físico enquanto algo separado do ambiente externo.

Enquanto as situações que identificam o *self* físico são continuamente especificadas pela informação acústica, cinestésica e vestibular, a consciência (*consciousness*) do *self* social torna-se evidente quando os bebês interagem com o meio social. Estudos demonstram que bebês de cinco semanas imitam expressões faciais modeladas por pessoas e não por objetos inanimados simulando esses movimentos (Legerstee, 1990 e 1997a; Legerstee & Bowman, 1989; Legerstee, Corter & Kienapple, 1990; Legerstee, Pomerlau, Malcuit & Feider, 1987; Stern, 1995), indicando que a imitação é um mecanismo social para promover comunicação interpessoal através do qual o *self* social pode ser identificado.

Nenhum desses estudos, conclui Legerstee (1999), fornece evidência de que os bebês representem a informação sensorial que percebem. As evidências de um *self* representacional, prossegue a autora, têm sido reveladas pelos estudos de auto-reconhecimento no espelho. Pesquisas recentes utilizando variações desse clássico experimento (Legerstee, Anderson & Shaffer, 1998; Fogel, 1993; Stern, 1995) indicam



que a consciência de si mesmos como similar a outras entidades sociais e diferentes de objetos não-sociais pode existir em bebês de cinco a oito meses.

As evidências de uma consciência de intencionalidade têm sido fornecidas pelos resultados de experimentos recentes que investigam o entendimento dos bebês da causação social e da causação física (Legerstee, 1994). Tais achados indicam que bebês de seis meses de idade estão aptos a adotar estratégias mentalistas para interpretar e prever o comportamento de outros e possuem uma primitiva teoria da mente, isto é, atribuem propósito e intenções aos outros.

De acordo com Legerstee (1999), os achados sobre os níveis mentais, sociais e físicos como os fundamentos para um conceito de *self* são uma evidência de que o *self* é um fenômeno cognitivo que não pode se desenvolver alienado das influências físicas e sociais. Sua breve revisão da pesquisa do desenvolvimento do *self* permitiu descrever uma consciência universal dos bebês de seu *self* físico, social e mental, durante os primeiros seis meses de vida. Contudo, a autora ressalta que o *self* representa algo além dessas descrições neurobiológicas, físicas/sociais e cognitivas:

A generatividade de nossa própria inteligência, que forma a fundação de um *self* único não é somente o resultado de equilíbrios na relação entre o *self* e o ambiente, mas também de equilíbrios subjetivos. É somente durante este jogo dialético que formas realmente novas de conhecimento de *selves* únicos podem ser criadas (Legerstee, 1999, p. 227).

A perspectiva ecológica do desenvolvimento, com sua ênfase nas evidências empíricas de uma relação *self*/ambiente desde os primeiros meses de vida configura, indiscutivelmente, um avanço na discussão ontológica. Essa convergência de pesquisa e teoria resgata a necessidade de uma abordagem do *self* que supere a tensão indivíduo-meio, e reformula a questão da relação entre o *self* e seu ambiente nos termos de uma fusão entre os dois extremos, ou mais especificamente, de uma inserção do *self* em um corpo. Como consequência, a questão assim reformulada remete a um novo contexto epistemológico, no qual a relação entre consciência de si e corpo torna-se o nó crucial.

Conclusão

A análise histórica da idéia do *self* ilustra com propriedade a impressão de Hilgard (1987) sobre a análise histórica de todo o campo psicológico: "fica-se impressionado como, tanto em uma área de interesse como em outra, o mesmo tipo de questão aparece: racionalismo *versus* empiricismo, hereditariedade *versus* ambiente, pessoa *versus* situação" (p. 521). Contudo, a análise da investigação psicológica mais recente sobre o *self* torna igualmente evidente o esforço para superar as classificações fundadas nessas dicotomias. O deslocamento do foco no autoconceito para o foco na dimensão social e na agência (a capacidade distintiva do ser humano de agir no mundo através de suas escolhas e tomadas de decisão), apontado por Gergen (1984), aparece traduzido, nos últimos anos, nas pesquisas voltadas para a narratividade do *self* (a característica distintiva do ser humano de constituir uma narrativa sobre si mesmo e perceber-se, espacial e temporalmente, através dela), para sua dimensão corpórea e para a interação com o meio que o circunda.

Narratividade, corpo e interação apresentam-se como as novas temáticas da teorização psicológica, delineando uma problemática também nova, que retoma a discussão do fenômeno *self* no contexto da comunicação. De uma perspectiva ontológica, o *self* torna-se um processo de interação comunicativa entre consciência e corpo. De uma perspectiva epistemológica, conhecer o *self* é compreender as relações entre consciência e suas formas de expressão no mundo. Nos termos de Engelmann (1997), configura-se o estudo da consciência mediata, mais especificamente da consciência-mediata-de-outros, que é o único tipo de consciência que pode ser estudada cientificamente.

Essa ênfase no processo comunicativo determina um foco na relação reversível entre um organismo (a pessoa) e seu ambiente (mundo vivido) (Gomes, 1997). Tal processo pode ser entendido tanto como uma comunicação do eu consigo mesmo, quanto como a comunicação do eu com o outro, que permite aproximar e explorar uma realidade que



tem como intencionalidade a descoberta de maneiras mais adaptadas e autênticas de expressão. Através da linguagem, a consciência de uma percepção interpessoal passa a fazer parte da experiência de uma expressão interpessoal, pois, "a comunicação é um meio de alimentação e retroalimentação que qualifica a percepção através dos atos expressivos" (Gomes, 1987, p. 319). E o estudo do *self* pode então ser definido como o estudo da experiência consciente, isto é, do ato comunicativo de um corpo situado em um determinado ambiente.

É importante notar, ainda, que a ênfase na comunicação como um pressuposto fundamental na teorização do *self* será a tônica de duas recentes abordagens do fenômeno: a dialógica (Hermans & Kempen, 1993) e a semiótica (Pickering, 1999 e Wiley, 1996). Embora tenham se desenvolvido independentemente uma da outra, ambas as abordagens tratam o fenômeno *self* enquanto um signo, engendrado na relação intrínseca entre a percepção de sentido conversacional (ou dialógica) e a funcionalidade (ou pragmática) da expressão.

Referências bibliográficas

- Adler, A. (1927). *Practice and theory of individual psychology*. New York: Harcourt.
- Allport, G. (1943). The ego in contemporary Psychology. *Psychological Review*, 50, 451-478.
- Allport, G. (1962). Desenvolvimento da personalidade: considerações básicas para uma psicologia da personalidade. (H. A. Simon, Trad.). São Paulo: Editora Herder. (Original publicado em 1955).
- Baldwin, J. M. (1895). *Mental development in the child and the race: Methods and processes*. 3a. edição. New York: MacMillan & Co. Retirado em 02/08/2001 do World Wide Web: http://spartan.ac.brocku.ca/~lward/Baldwin/Baldwin_1906/Baldwin_1906_toc.html.
- Ball, W. & Tronick, E. (1971). Infant responses to impending collision: optical and real. *Science*, 171, 818-820.
- Bermúdez, J. L. (2000). *O paradoxo da autoconsciência*. (M. P. Costa, Trad.). Lisboa: Editora Instituto Piaget. (Original publicado em 1998).
- Berthenthal, B. I. & Bai, D. L. (1989). Infants' sensitivity to optical flow for controlling posture. *Developmental psychology*, 25, 936-945.
- Butterworth, G. (1999). A developmental-ecological perspective on Strawson's "The self". Em S. Gallagher & J. Shear (Orgs.). *Models of self*. (pp. 203-204). Exeter: Imprint Academic.
- Butterworth, G. & Hicks, L. (1977). Visual proprioception and postural stability in infancy: a developmental study. *Perception*, 6, 255-262.
- Butterworth, G. & Hopkins, B. (1988). Hand-mouth coordination in the newborn baby. *British journal of developmental psychology*, 6, 303-314.
- Calkins, M. W. (1915). The self in scientific psychology. *American Journal of Psychology*, 26, 495-524. Retirado em 02/08/2001 do World Wide Web: <http://psychclassics.yorku.ca/Calkins/self.htm>
- Canguilhem, G. (1994). *Études d'histoire et de philosophie des sciences*. 7 ed. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin. (Original de 1956 publicado em 1968).



- Cooley, C. H. (1902). *Human nature and the social order*. New York: Scribner. Retirado em 02/08/2001 do World Wide Web: http://spartan.ac.brocku.ca/~lward/Cooley/Cooley_1902/Cooley_1902toc.html
- Damásio, A. R. (2000). *O mistério da consciência*. (L. T. Motta, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1999).
- Damásio, A. R. (2003). Ao encontro de Espinosa: as emoções sociais e a neurologia do sentir. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Eccles, J. C. (2000). Cérebro e consciência: o *self* e o cérebro. (A. André, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Engelmann, A. (1997). Dois tipos de consciência: a busca da autenticidade. *Psicologia USP*, 8, 25-68.
- Erikson, E. H. (1950). *Childhood and society*. New York: Norton.
- Fogel, A. (1993). *Developing through relationships: origins of communication, self and culture*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Gallagher, S. & Shear, J. (1999) (Orgs.). *Models of self*. Exeter: Imprint Academic.
- Gergen, K. (1984). Theory of the self: impasse and evolution. *Advances in experimental social psychology*, 17, 49-115.
- Gibson, E. J. (1969). *Principles of perceptual learning and development*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Gibson, J. J. (1950). *The perception of the visual world*. Boston: Houghton Mifflin.
- Gomes, W. B. (1997). A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. *Psicologia USP*, 8, 305-336.
- Harré, R. & Gillett, G. (1999). *A mente discursiva: os avanços na ciência cognitiva*. (D. Batista, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Hermans, H. J. M. & Kempen, H. J. G. (1993). *The dialogical self: meaning as movement*. San Diego: Academic Press.
- Hilgard, E. R. (1987). *Psychology in America: a historical survey*. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich.
- Horney, K. (1950). *Neurosis and human growth*. New York: Norton.
- James, W. (1990). *The principles of psychology*. Chicago: Encyclopaedia Britannica. (Original publicado em 1890).
- Jung, C. G. (1939). *The integration of the personality*. New York: Farrar & Rinehart.
- Legerstee, M. (1990). Infants use multimodal information to imitate speech sounds. *Infant behavior and development*, 13, 343-54.
- Legerstee, M. (1994). Patterns of 4-month-old infant responses to hidden silent and sounding people and objects. *Early development and parenting*, 2, 71-81.



- Legerstee, M. (1997a). Contingency effects of people and objects on subsequent cognitive functioning in three-month-old infants. *Social development*, 6, 307-321.
- Legerstee, M. (1999). Mental and bodily awareness in infancy: consciousness of self-existence. Em S. Gallagher & J. Shear (Orgs.). *Models of self* (pp. 213-230). Exeter: Imprint Academic.
- Legerstee, M.; Anderson, D. & Shaffer, A. (1998). Five- and eight-month-old infants recognize their faces and voices as familiar and social stimuli. *Child development*, 69, 37-50.
- Legerstee, M. & Bowman, T. (1989). The development of responses to people and a toy in infants with Down Syndrome. *Infant behavior and development*, 12, 462-473.
- Legerstee, M.; Corter, C. & Kienapple, K. (1990). Hand, arm and facial actions of young infants to a social and nonsocial stimulus. *Child development*, 61, 774-784.
- Legerstee, M.; Pomerlau, A.; Malcuit, G. & Feider, H. (1987). "The development of infants" responses to people and a doll: implications for research in communication. *Infant behavior and development*, 10, 81-95.
- Maine de Biran, P. (1954). *Influence de l'habitude sur la faculté de penser*. Paris: Presses Universitaires de France. (Original publicado em 1799).
- Martin, G. B. & Clark, R. D. (1982). Distress crying in neonates: Species and peers specificity. *Developmental psychology*, 18, 3-9.
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press. Retirado em 02/08/2001 do Mead Project no World Wide Web: http://spartan.ac.brocku.ca/~lward/Mead/pubs2/mindself/Mead_1934_toc.html
- Mueller, F.-L. (1968). *História da psicologia, da Antigüidade aos nossos dias*. (L. L. de Oliveira; M. A. Blandy e J. B. D. Penna, Trad.s). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Original publicado em 1960).
- Neisser, U. (1988). Five kinds of self knowledge. *Philosophical Psychology*, 1, 35-59.
- Rader, E. S. & Stern, J.D. (1982). Visually elicited reaching in neonates. *Child development*, 53, 1004-1007.
- Rochat, P.; Blass, E.M. & Hoffmeyer, L.B. (1988). Oropharyngeal control of hand-mouth coordination in newborn infants. *Developmental psychology*, 24, 459-463.
- Rosenfeld, A. (1993). *O pensamento psicológico*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Solomon, R. C. (1988). *Continental philosophy since 1750: the rise and fall of the self*. Oxford: Oxford University Press.
- Stern, D. (1995). Self/other differentiation in the domain of intimate socio-affective interaction: some considerations. Em P. Rochat (Ed.). *The self in infancy: theory and research, advances in psychology*. Amsterdam: North Holland-Elsevier.
- Sullivan, H. S. (1953). *The interpersonal theory of psychiatry*. New York: Norton.
- Taylor, C. (1997). *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. (A. U. Sobral e D. A. Azevedo, Trad.s). São Paulo: Edições Loyola. (Original publicado em 1989).



Toulmin, S.E. (1977). *Self-knowledge and knowledge of the "Self"*. Em T. Mischel (Org.). *The self: psychological and philosophical issues*. Oxford: Basil Blackwell.

Wiley, N. (1996). *O self semiótico*. (L. P. Rouanet, Trad.). São Paulo: Edições Loyola. (Original publicado em 1994).

Wolman, B. (1970). *Teorias y sistemas contemporaneos em psicologia*. Barcelona: Martinez Roca.

Wundt, W. (1904). *Principles of physiological psychology*. (E. B. Titchener, Trad.). Retirado em 02/08/2001 do World Wide Web: <http://psychclassics.yorku.ca/Wundt/Physio>. (Original publicado em 1902).

Yonas, A.; Pettersen, L. & Lockman, J.J. (1979). Young infants sensitivity to optical information for collision. *Canadian journal of psychology*, 33, 268-276.

Notas

(1) A busca de uma tradução adequada para o termo *self* nas diversas línguas configura, por si só, uma parte significativa da investigação do fenômeno (conferir Harré & Gillett, 1999 e Toulmin, 1977). Nas traduções para a língua portuguesa no Brasil, *self* não tem sido traduzido (conferir Damásio, 2000; Harré & Gillett, 1999; Taylor, 1997 e Wiley, 1996). Nas traduções publicadas em Portugal, é possível encontrar o termo *self* como consciência (Eccles, 2000), eu (Bermúdez, 2000) e si (Damásio, 2003, versão portuguesa do próprio autor).

(2) *Psychologia empirica* e *Psychologia rationalis*, publicadas em latim, respectivamente, em 1732 e 1734.

Nota sobre os autores

Mariane Lima de Souza é Mestre em Psicologia pela UFRGS, doutoranda em Psicologia na mesma universidade. Pertence ao Laboratório de Fenomenologia Experimental e Cognição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. *Contato*: limadesouza@gmail.com

William B. Gomes é Psicólogo, Doutor em Educação pela Southern Illinois University e professor de História da Psicologia e Métodos Qualitativos do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Contato*: Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento – UFRGS / Rua Ramiro Barcelos, 2600/113; CEP 90035-003, Porto Alegre - RS, Brasil. *E-mail*: gomesw@ufrgs.br

Data de recebimento: 16/05/2005

Data de aceite: 23/09/2005